

ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL: PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ENGENHARIAS ENTRE 2015 E 2019

LUDMILA LINS BEZERRA

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal

ARMANDO PAULO LOUREIRO

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal

ISILDA TEIXEIRA RODRIGUES

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal

RESUMO: Este manuscrito tem como objetivo investigar a presença das mulheres nos cursos superiores das Engenharias nas universidades em Portugal. Nossa pesquisa adota uma abordagem quantitativa cuja proposta é investigar o que se passou em Portugal no tocante à formação no Ensino Superior de 2015 a 2019 (escolha feita para fazer um recorte dos últimos 5 anos quando o referencial teórico foi construído), com base nos números apresentados nos gráficos. Os resultados demonstraram que apesar da quantidade de mulheres matriculadas venham aumentando, a quantidade nas Engenharias ainda é reduzido quando comparado aos cursos das Ciências Humanas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Mulheres; Engenharias; Gênero.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea apresenta mudanças nas relações sociais a todo momento. Essas relações vem sofrendo modificações e provocando alterações entre o papel dos homens e das mulheres. Nossa pesquisa problematiza a inclusão das mulheres no espaço acadêmico que é marcada pela discriminação e desestímulo ao acesso a determinados campos de conhecimento que por muitos anos pertenciam ao campo dos homens, como por exemplo o curso das Engenharias.

É importante considerar que mesmo após tantos avanços das mulheres na universidade, ainda é notável uma resistência nas engenharias. Beltrão e Alves (2009) indicam que mesmo diante de tanta luta, ainda não foi o suficiente para “reverter o hiato de gênero no mercado de trabalho, no acesso à renda e à propriedade” (p.106). Cabrera (2019) indica que os homens são duas vezes e meia mais propensos a escolher os cursos das Engenharias e os dados fortificam que embora tenha um grande aumento das mulheres no cursos tradicionalmente masculinizados a divisão sexual não tem se alterado muito nesta área específica.

Inicialmente, a pesquisa traz a problematização sobre as mulheres na universidade, destacando a trajetória histórica em Portugal, onde houve limitações pelo fator gênero, quando somente após a democratização do ensino superior que a quantidade de mulheres matriculadas aumentou significativamente. O objetivo central deste manuscrito é fazer um levantamento da ocupação das mulheres matriculadas no ensino público superior português nos anos de 2015 a 2019. Para isso, buscaremos

problematizar a quantidade de mulheres inseridas nos cursos de engenharias pautados nos conceitos de gênero.

Metodologicamente, nossa pesquisa adota uma característica quantitativa e pesquisa documental. Optamos por utilizar a plataforma PORDATA¹, por ser uma plataforma portuguesa validada com dados oficiais do governo português no que refere-se à educação. O recorte temporal (2015 a 2019) seguiu o critério de ser os 5 anos anteriores ao da construção do referencial teórico da tese de doutoramento, cuja proposta central era pesquisar a participação das mulheres nas engenharias. O levantamento na plataforma se estruturou da seguinte forma: ao entrar na PORDATA, selecionamos a opção de busca de 2015 a 2019; por gênero feminino; ensino público superior; todas as áreas (Educação; Artes e Humanidades; Ciências Sociais e Direito; Ciências e Matemática; Agricultura; Saúde e Proteção Social; Serviços; Engenharias, Indústria e Construção). Após o recorte dos critérios selecionados, a plataforma gera os dados em porcentagem e fizemos a análise e discussão dos dados levantados.

DEMARCAÇÕES DE GÊNERO

A existência das demarcações de gênero já se iniciam, na maioria das vezes, antes mesmo do nascimento do sujeito. Seja por separação por cores, brinquedos ou estímulos por comportamentos distintos de acordo com o gênero. Diante das diversas discussões acerca das perspectivas e compreensões atribuídas ao termo 'gênero', Scott (2019, p.67) pontua que:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

É pertinente compreender e considerar que as relações de poder participam na construção do saber e das vivências acadêmicas.

Conforme a dicotomia trabalho produtivo/trabalho reprodutivo, associadas a estereótipos de gênero, as ocupações masculinas são mais valorizadas, remuneradas e têm status científico, ao passo que as ocupações femininas, consideradas extensão do trabalho reprodutivo, natural, constituem serviços desprestigiados e mal pagos, com conotação pessoal e moral (Carvalho; Rabay, 2003, p. 11).

O acesso à educação, em sua teoria, é um direito para todos. O que pode parecer um "direito natural" é tacitamente apoiado por esquemas regulatórios que qualificam apenas determinados sujeitos como elegíveis para o exercício desse direito (BUTLER, 2018). O determinismo biológico, por meio dos estereótipos de gênero acabam por determinar e delimitar os espaços possíveis para as mulheres ocuparem.

É válido sinalizar que a problematização da desigualdade de gênero ainda tem se manifestado pouco nas práticas educativas.

É importante, portanto, refletir como o silenciamento é rompido, tendo em vista que ainda se trabalha com concepções naturalizadas de gênero. Essa situação está relacionada com os discursos que a sociedade produz, impõe e imprime os padrões da normalidade. Levar em conta as afinidades, independente dos gênero, requer também uma prática pedagógica que enxergue seus discentes como sujeitos de gostos, comportamentos e ritmos individualizados, independente de ser menino ou menina. (Bezerra, p.91, 2021)

Ao problematizar as questões de gênero no processo de vivência dos cursos superiores, poderemos compreender como se consolidaram as diferenças sexuais na educação e nas profissões e na possível inserção no mercado de trabalho das estudantes pesquisadas. Como aponta Schiebinger (2001, p. 39) ao defender que o que “é necessário é um entendimento crítico de gênero, de como ele funciona na ciência e na sociedade”. Perceber como o gênero atravessa a ciência e como ele se comunica com a sociedade é fator primordial para que tenhamos um entendimento crítico destas relações. Tal entendimento permitirá o rompimento das situações que ainda ocorrem de maneira naturalizada e pautam-se nas relações de poder predominantemente masculinas.

A compreensão do conceito, portanto, é construída como estrutura relacional entre feminino e masculino. No entanto, é importante considerar que esta construção polarizada representa matrizes que categorizam os sujeitos em vários aspectos: atitude, inteligência e etc.

BARREIRAS DE INCLUSÃO CONSTRUÍDAS NO CHÃO ESCOLAR

As dificuldades de inserção das mulheres nas áreas ‘exatas’ vem muito antes da universidade: no ambiente escolar. É significativo, portanto, considerar que para possibilitar romper os paradigmas das questões de gênero no espaço escolar é necessário repensar os aspectos da prática educativa. As relações de gênero são estabelecidas pelas vinculações de poder e afetam os espaços de maneira que seja vista como natural. De maneira geral, o espaço escolar acaba sendo um ambiente que possui classificações e moldes separados por gênero, ensinando e reproduzindo comportamentos rotulados como femininos ou masculinos, de formas excludentes e polarizadas. Com isto, reflete em estudantes que se auto (de)limitam em espaços preestabelecidos pelos estereótipos de gênero e acabam não refletindo de maneira crítica sobre os espaços que ocupam ou deixam de ocupar.

Os desafios encontrados no cotidiano escolar em diálogo com as questões de gênero são significativos e os obstáculos são apresentados nas mais diversas formas, seja em discutir e problematizar as situações naturalizadas ou em rever as práticas docentes que ainda são reprodutoras de segregação por gênero.

Desde muito cedo, a menina é orientada ao espaço que deverá ocupar, sendo estimulada nas brincadeiras que são consideradas como femininas, como boneca e casinha, por exemplo. Tal situação nos possibilita pensar que tanto as brincadeiras quanto as atividades possuem sua dimensão simbólica. Ressignificar tais práticas, além de possibilitar descobrir as capacidades de cada indivíduo, permitiria também ampliar os horizontes futuros, como escolhas profissionais, por exemplo.

CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO DAS MULHERES AO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

Antes de contextualizar especificamente no Ensino Superior, pensamos ser importante fazer uma breve explanação sobre a situação das mulheres portuguesas na educação de uma maneira geral. Por exemplo, entre 1970 e 2021, a taxa de analfabetismo diminuiu consideravelmente para as mulheres, contabilizando em 27 pontos percentuais. De acordo com a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2022), no ano de 1960, 72,1% das mulheres não tinham qualquer nível de escolaridade.

No decorrer de mais de 50 anos, o acesso ao ensino superior já atravessou diversos momentos, desde a sua expansão até o processo de fragilização, situações decorrentes de diversos fatores, a exemplo: após a Revolução de Abril², tornou-se possível condições para uma vida mais digna, com a queda das taxas de natalidade e mortalidade, a taxa de analfabetismo caiu; estabelecimento de uma idade de escolaridade obrigatória (6, 9, 12 anos). Com a unificação do ensino básico com o secundário, de modo a minimizar a natureza dual que reproduzia uma “sociedade classista” (Cabrito, 2011), com isso, diversificando e expandindo o ensino superior.

Neste sentido, a democratização do acesso ao ensino superior começou a ser mais significativa a partir dos anos 1970³ (Balsa et al., 2001), com a ampliação da diversidade de oferta de ensino. Democratizar o acesso ao ensino superior é problematizar situações na prática e requer levar em consideração todo o contexto social, económico e político. O termo *democratização* pode ser analisado de diversas concepções e é relevante considerar sua concepção sociológica. Para além de sua percepção sociológica, há também de se considerar enquanto valor social e/ou processo (Pascueiro, 2009). Em 1986, após a adesão à União Europeia, as instituições educativas progrediram e apontam tendências mais amplas ao que se refere massificação e democratização e acesso ao ensino superior.

A Universidade representa uma ação dos sujeitos de forma individual e coletiva e é determinada pela interação que envolve relações sociais e culturais de poder (Damásio, 2007). Conceber sua construção a partir de relações sociais e culturais é perceber que suas políticas vão se ressignificando de maneira dinâmica e transformadora.

No que tange à fragilização do ensino superior português o contexto socioeconómico é o fator que mais promove desigualdades no acesso, sucesso e permanência dos estudantes em geral (Neves, 2021).

De acordo com a PORDATA em 2019, Portugal tinha um total de 253.460 estudantes matriculados/as no ensino superior, sendo 138.428 do sexo feminino. Os dados atuais e o percurso das mulheres no ensino superior precisam ser discutidos e analisados por lentes problematizadoras que visibilizam as questões que são atravessadas pelo fator género. Ter mais mulheres atualmente matriculadas no ensino superior significa que há mais possibilidades para as mulheres? Que cursos estas mulheres vêm frequentando? Houve alguma mudança no decorrer dos anos?

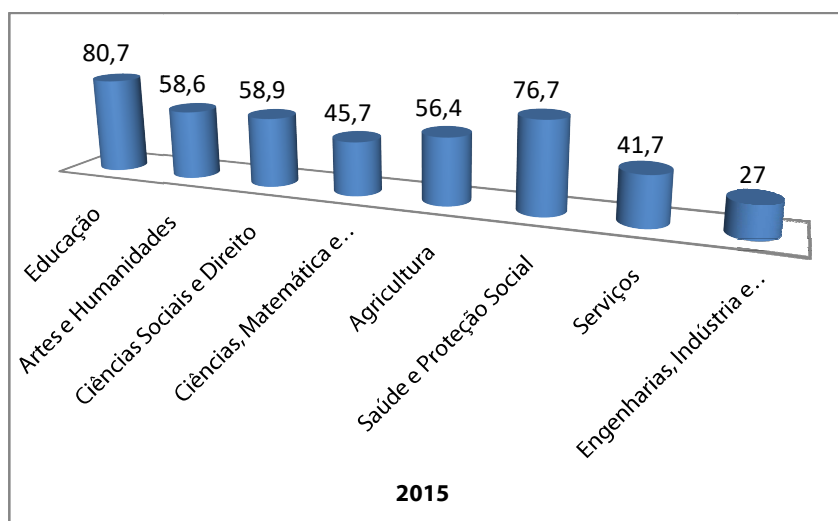
Neste sentido, é pertinente pontuar que a identificação de cursos e áreas para homens e mulheres são incorporados por estas explicações construídas socialmente. Assim como em outros setores, nas Engenharias as divisões entre os gêneros afetam as direções e o ritmo das mudanças na ciência. As tarefas desempenhadas e as oportunidades distintas para homens e mulheres constroem profundos processos de desigualdade que ultrapassam o campo do trabalho.

Desta forma, o mundo da ciência foi-se estruturando como uma base praticamente compostas por homens, seja excluindo as mulheres ou excluindo suas produções científicas. De todas as maneiras, foram estratégias para invisibilizar as produções e a existência das mulheres no campo das ciências, legitimando este campo como masculino e inacessível para o feminino.

ENGENHARIA: UM CURSO PARA TODOS E TODAS?

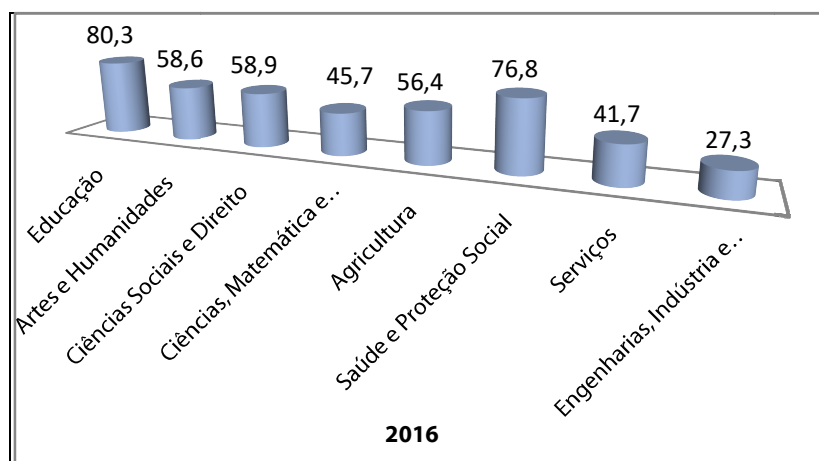
Vejam os dados que se passou em Portugal no tocante à formação no Ensino Superior de 2015 a 2019, com base nos números apresentados nos gráficos abaixo, que destacam o número de alunas matriculadas em porcentagem:

Gráfico 1 - Porcentagem de mulheres matriculadas no Ensino Superior em 2015



Fonte: Elaborado pela autora, com dados da PORDATA (2021).

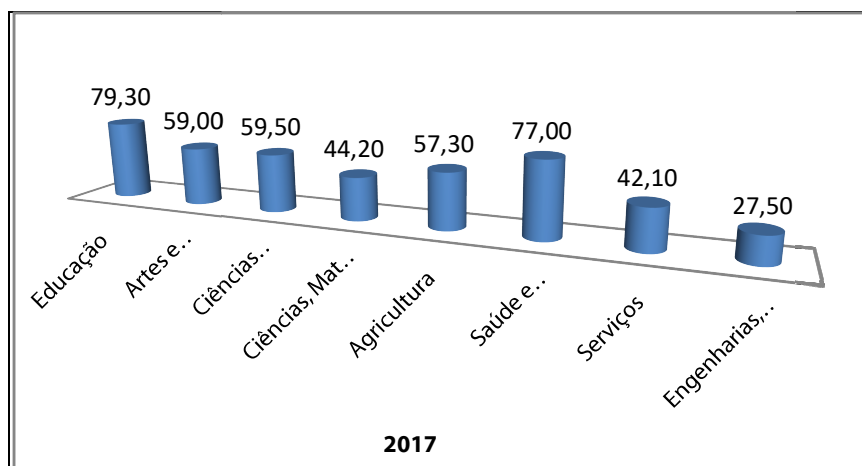
É importante perceber que os cursos na área da Educação e de Saúde e Proteção Social são os que possuem maior ocupação feminina (80,7 e 76,7 % respectivamente). Relativamente à área das Engenharias, Indústrias e Construção chegam a apenas 27%.

Gráfico 2 - Porcentagem de mulheres matriculadas no Ensino Superior em 2016

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da PORDATA (2021).

No ano de 2016 houve um aumento de 0,3% de ocupação feminina nos cursos das áreas de Engenharias, Indústria e Construção. León e Velho (2006) indicam que o pequeno envolvimento das mulheres com as Engenharias não se dá de forma consciente, mas sim pelo fato das portas serem fechadas desde a escola.

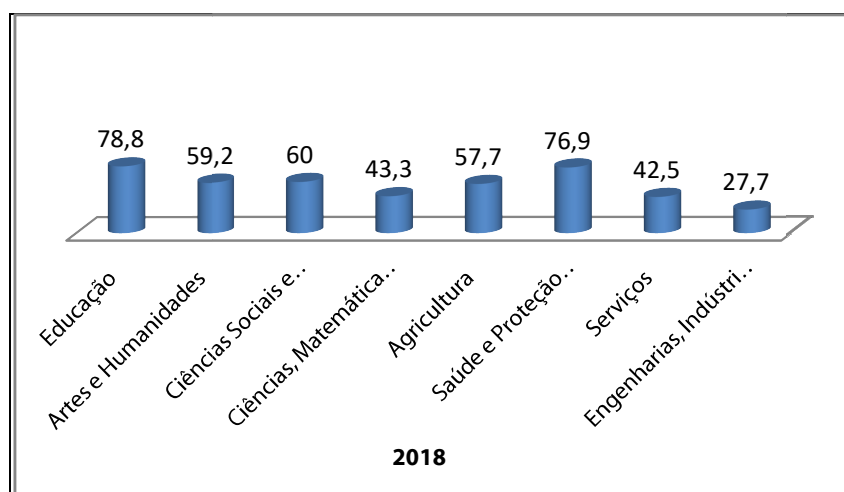
Gráfico 3 - Porcentagem de mulheres matriculadas no Ensino Superior em 2017



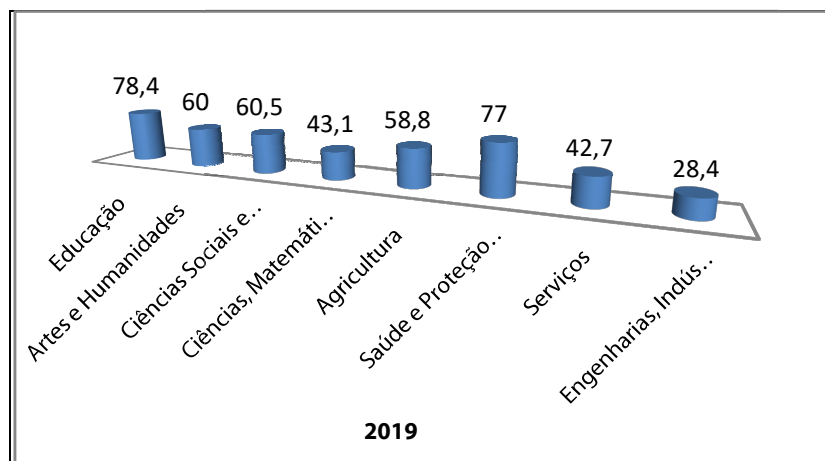
Fonte: Elaborado pela autora, com dados da PORDATA (2021).

Em 2017 o aumento foi de apenas 0,2% relativo ao ano anterior na ocupação das mulheres nos cursos das Engenharias, Indústria e Construção. Várias tem sido as tentativas de explicar o porquê das mulheres, mesmo após conseguirem vencer o acesso à universidade, não avançam na mesma proporção nos cursos ainda masculinizados. León e Velho (2006) referem que isto ocorre também pelo fato de que mesmo quando elas conseguem vencer as barreiras e ingressar na carreira acadêmica, elas tem sucesso de maneira negativamente proporcional em relação aos homens e isto acaba sendo relacionado à menor produção científica originada das mulheres.

Gráfico 4 - Porcentagem de mulheres matriculadas no Ensino Superior em 2018



Fonte: Elaborado pela autora, com dados da PORDATA (2021).

Gráfico 5 - Porcentagem de mulheres matriculadas no Ensino Superior em 2019

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da PORDATA (2021).

Em 2018 e 2019, Engenharias, Indústrias Transformadores e Construção têm a menor participação de mulheres dentre as áreas. Em cinco anos o crescimento foi menor que 2%. Em contrapartida, a área da Educação tem sua maioria ocupada por mulheres. Os números acima evidenciam ainda a disparidade entre as Ciências Humanas e Ciências Exatas, ainda maioritariamente ocupadas por mulheres e homens, respectivamente.

Os problemas que as mulheres enfrentam até os dias de hoje para se manterem na ciência estão relacionados ao fato do conhecimento científico ser considerado um atributo masculino (Dubar, 2005). As expectativas de sucesso no âmbito profissional até pouco tempo eram voltadas apenas aos homens e isto é um indicador para que a polarização de gênero ainda precisa ser discutida e problematizada. De acordo com Pierre Bourdieu (2003), as antigas organizações da separação sexual do trabalho continuam objetivadas nas carreiras e nos cargos. Os dados acima confirmam tais permanências.

Silva (1998) problematiza que é primordial compreender como a sociedade interfere na construção da ciência e da tecnologia, ao invés de meramente indagar sobre os efeitos do conhecimento científico e da aplicação de tecnologias sobre a sociedade.

Para discutir a desconstrução de gênero em ciência e tecnologia, Silva (1998) parte de três temáticas principais: universalidade; políticas de localização e políticas de mudança.

Na temática da universalidade, a pesquisadora argumenta que a construção do saber científico, por vezes visto como objetivo e universal acaba impondo a visão do que é 'natureza e natural'. O que é visto, portanto, como universal, é produto de um contexto social e histórico específico (SILVA, 1998).

Na temática das políticas de localização, a autora indaga: "quais são os padrões que se usam para legitimar o conhecimento, para ver o que é acreditável? (p.12)" Para a

autora, os sistemas de explicação refletem o lugar de onde se conhece, e, nesta linha de pensamento, as explicações são construções sociais.

Nas políticas de mudança, Silva (1998) indica que a construção de um mundo no qual as mulheres não são subordinadas requer o reconhecimento de que existe uma subordinação de gênero e o desenvolvimento de uma visão de mundo no qual isso seja possível.

É pertinente pontuar que a identificação de cursos e áreas para homens e mulheres são incorporados por estas explicações construídas socialmente. Assim como em outros setores, nas Engenharias as divisões entre os gêneros afetam as direções e o ritmo das mudanças na ciência. As tarefas desempenhadas e as oportunidades distintas para homens e mulheres constroem profundos processos de desigualdade que ultrapassam o campo do trabalho.

FORMAÇÃO DOCENTE: POSSIBILIDADES DE (RE)SIGNIFICAÇÃO

É importante problematizar a construção dos currículos e formação de docentes com foco nas questões de gênero que muitas vezes são invisibilizadas nos espaços escolares. A escola neste sentido, pode acabar seguindo dois caminhos opostos, ou seja, funcionando como um espaço transformador ou apenas reprodutor social. Cabe aqui pontuar que a diferença se dará pela prática pedagógica abordada. Quais alternativas o/a docente pode ter para não ser um reprodutor de divisões estereotipadas? De que maneira podemos discutir situações que envolvam situações relacionadas ao gênero?

Repensar estas questões é primordial para que os espaços divididos pelo gênero possam ser transformados e que a prática docente seja pautada na busca por uma transformação social. Para tal possibilidade, um/a docente que esteja capacitado nestas questões é fundamental para que a consciência crítica contribua para o melhoramento das situações que envolvam situações de preconceito, por exemplo. A escola tem o papel de construir e reconstruir saberes, significados e a partir da realidade, desenvolver o senso crítico capaz de problematizar situações cotidianas e naturalizadas. Para isto, é fundamental que o processo formativo docente seja fortalecido com pautas cotidianas, com leituras e discussões embasadas, e principalmente, com abertura para dialogar e (re)aprender, (re)conhecendo as diversas possibilidades e potencialidades dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

PENSAMENTOS FINAIS...

Educação, em seu sentido amplo, abrange a aprendizagem ao longo da vida em diversos espaços, principalmente no ambiente escolar. A educação como um direito de todos e todas, deveria funcionar de maneira comprometida com a construção cognitiva, social e crítica do sujeito. Para que haja comprometimento na construção social, é primordial que no ambiente se desenvolvam diálogos pautados numa educação crítica e que possibilite uma referência centralizada na reestruturação dos espaços educativos. Quais práticas pedagógicas precisam ser modificadas? Que ressignificações são necessárias para possibilitar uma educação igualitária?

Os problemas sociais que envolvem as questões de gênero são fruto de uma construção social de masculinidade e feminilidade que moldam e enraizam pensamentos e atitudes que impactam comportamentos reproduzidos e vistos como naturais. Os estudos de gênero se compõem, portanto, numa das diversas possibilidades de problematizar e ressignificar os efeitos das práticas sociais e culturais vivenciadas.

Os dados da pesquisa revelam que apesar do crescimento significativo das mulheres nas universidades, a representatividade feminina na área das Engenharias ainda está baixa e que é primordial uma formação docente que prepare os sujeitos a lidar com situações que envolvam as questões de gênero no cotidiano.

A universidade tem o papel de construir e reconstruir saberes, significados estimular o senso crítico capaz de problematizar situações cotidianas e naturalizadas. Para isto, é fundamental que o processo formativo docente seja fortalecido com pautas cotidianas, com leituras e discussões embasadas, e principalmente, com abertura para dialogar e repensar as diversas possibilidades e potencialidades dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

Artigo recebido em: 05/04/2024

Aprovado para publicação em: 13/03/2025

HIGHER EDUCATION IN PORTUGAL: PARTICIPATION OF WOMEN IN ENGINEERING BETWEEN 2015 AND 2019

ABSTRACT: This manuscript forms part of a doctoral thesis in progress and aims to investigate the presence of women in higher engineering courses at universities in Portugal. Our research adopts a quantitative approach. Let's see what happened in Portugal in terms of training in Higher Education from 2015 to 2019 (choice made to make a cut of the last 5 years when the theoretical framework was constructed), based on the numbers presented in the graphs. The results demonstrated that although the number of women enrolled has been increasing, the number in Engineering is still low when compared to Human Sciences courses.

KEYWORDS: Higher Education; Women; Engineering; Gender.

ENSEÑANZA SUPERIOR EN PORTUGAL: PARTICIPACIÓN DE LAS MUJERES EN INGENIERÍA ENTRE 2015 Y 2019

RESUMEN: Este manuscrito forma parte de una tesis doctoral en curso y tiene como objetivo investigar la presencia de mujeres en los cursos superiores de ingeniería en las universidades de Portugal. Nuestra investigación adopta un enfoque cuantitativo. Veamos qué sucedió en Portugal en términos de formación en Educación Superior de 2015 a 2019 (se optó por hacer un corte de los últimos 5 años cuando se construyó el marco teórico), en base a los números presentados en

BEZERRA, L. L.; LOUREIRO, A. P.; RODRIGUES, I. T.

los gráficos. Los resultados demostraron que aunque el número de mujeres matriculadas ha ido aumentando, el número en Ingenierías aún es bajo en comparación con las carreras de Ciencias Humanas.

PALABRA-CLAVE: Enseñanza Superior; Mujer; Ingeniería; Género.

NOTAS

1- A PORDATA é uma base de dados de Portugal com estatísticas oficiais e certificadas (www.pordata.pt)

2-Revolução de 25 Abril, também conhecida como Revolução dos Cravos, refere-se a um evento da história de Portugal resultante de um movimento político e social que ocorreu em 25 de abril de 1974 que depôs o regime ditatorial do Estado Novo e que iniciou o processo que terminaria com o regime democrático e entraria uma forte orientação socialista (Martinho, 2017). Utilizaremos aqui na tese tanto o termo “Revolução de Abril” ou “Revolução de 25 de abril”.

3- Por conta da mudança na Educação de Portugal ser mais significativa a partir dos anos 1970, optámos por abordar em nosso enquadramento teórico a contextualização histórica a partir desta década.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. C., MAGALHÃES, M. J., FONSECA, L., ROCHA, C., SILVA, S. M., & GOMES, L. **A autonomia visível das raparigas e a desafecção dos rapazes da escola?**. FPCE-UP/FCT, Porto, 2002.

BARBOSA, C. P. (2020). **Epistemologia feminista enquanto uma ramificação da epistemologia social: uma análise a partir de Donna Haraway e Sandra Harding**. *Intuitio*, 13(1), e35521.

BELTRÃO, K. I. & ALVES, J. E. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, 39(136) 125-156, 2009.

BEZERRA, L. L. **Vozes que ecoam nos currículos**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2003.

BUTTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DUBAR, C. **La Formation professionnelle continue**. Paris : 5. éd. La Découverte, 2005.

FERREIRA V. & LOPES, M. **O sexismo ambivalente nas representações de engenharia de estudantes no ensino secundário em Portugal**. Porto, 2019.

LEÓN, E.; VELHO, L. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, v.10, p. 309-344, 1998.

SILVA, E. Des-construindo gênero em ciência e tecnologia. **Cadernos Pagu**, p.7-20 (10) São Paulo, 1998.

LUDMILA LINS BEZERRA: doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. Atua como Psicopedagoga na Rede Municipal de São Lourenço –MG.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0682-8573>

E-mail: ludlins_@hotmail.com

ARMANDO PAULO FERREIRA LOUREIRO: doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. Professor Associado da Agregação de Educação de Adultos e Sociologia da Educação na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Departamento de Educação e Psicologia. Faz parte da comissão do doutoramento em Ciências da Educação e do mestrado em Educação de Adultos na mesma Universidade.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3039-3872>

E-mail: aloureiro@utad.pt

ISILDA TEIXEIRA RODRIGUES: doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. Professora Auxiliar do Departamento de Educação e Psicologia, da Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Atua nas áreas de Ciências Sociais com ênfase em Ciências da Educação, Educação para a Saúde e Educação Ambiental.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6020-5767>

E-mail: isilda@utad.pt

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).